

ARBORIZAÇÃO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA: UM ESTUDO DO BAIRRO CHÁCARAS TUBALINA E QUARTEL

Clorecildes R. C. Resende –(*)
Prof. Dra. Marlene T. Munro Colesanti (**)

Uberlândia é uma cidade média, localizada no Triângulo Mineiro-MG. Apresenta um processo de expansão urbana e de degradação ambiental, que são aspectos que não podem ser menosprezados. O crescimento acelerado da população, a especulação imobiliária, a abertura desordenada de loteamentos periféricos, a verticalização da área central e o não cumprimento da legislação ambiental são fatores que contribuem, significativamente, para a degradação da qualidade ambiental da cidade.

Assim, a presente pesquisa busca conhecer e mapear as áreas verdes do Bairro Chácaras Tubalina e Quartel da cidade de Uberlândia - MG, com a finalidade de detectar seus níveis de degradação e de preservação ambiental. Usamos a seguinte metodologia: revisão bibliográfica a respeito da temática; mapeamento dos espaços verdes, espaços abertos e dos índices de degradação; elaboração e aplicação de questionários, para esclarecimento da situação sócio-econômica da população e das necessidades quanto às melhorias ambientais; tabulação e análise dos dados obtidos e apresentação dos resultados finais.

O Bairro Chácaras Tubalina e Quartel encontra-se localizada na porção sudoeste da área urbana da cidade de Uberlândia, apresenta em sua configuração urbana problemas ambientais que podem ser amenizados mediante a prática da Educação Ambiental.

Todas as cidades brasileiras possuem praças, ruas arborizadas e parques, onde a população pode desfrutar momentos de lazer e apreciar a estética da natureza. Nesta área de estudo os espaços livres são considerados pobres e deficitários, principalmente com relação ao número existente de árvores e praças. Os espaços reservados para as praças se têm o espaço para tal não tem função integradora.

Com o crescimento das cidades, o aumento da população urbana e a verticalização das áreas centrais, as praças estão deixando de ter a sua função de espaço públicas para encontros e diversas atividades coletivas espontâneas. E com isso esta função está sendo transferida para os "shoppings centers" que estão sendo construídos em inúmeras cidades brasileiras.

À medida que a cidade se expande e em decorrência do crescimento desordenado surgem bairros periféricos sem infra-estrutura e com precárias condições de habitabilidade. Os espaços verdes e abertos foram construídos sem uma preocupação com a otimização destes enquanto aspecto relevante de qualidade de vida e preservação ambiental.

Quanto ao equilíbrio solo/clima/vegetação, as áreas arborizadas contribuem para conservar a umidade do solo, atenuando sua temperatura, reduzindo a velocidade dos ventos e mantendo as propriedades do solo, tais como permeabilidade e fertilidade, influenciando no ciclo hidrológico, além disso, abrigando a fauna existente.

Considerando os níveis de ruído, a vegetação funciona como amortecedor (atenuador) de ruídos sonoros contínuos de caráter estridente, que ocorre, freqüentemente nos centros urbanos.

Uma adequada arborização urbana, além de contribuir com as funções acima citadas, minimizam a paisagem construída no sentido de diversificar os espaços monótonos interligando a cobertura vegetal nas cidades, ou seja, sendo um importante fator homogeneizante nas áreas urbanizadas.

Seguindo essa lógica, o trabalho orientou-se no sentido de levar à população local a importância do seu papel enquanto agente transformador do seu espaço. Assim, com a aplicação do questionário, visamos conhecer quais as principais necessidades do bairro quanto à melhoria ambiental, estas percebidas pelos próprios moradores. A partir daí incentivamos práticas ambientais cotidianas que, num conjunto, garantem a melhoria da qualidade de vida urbana e amenizam os distúrbios ambientais.

(*) Aluna Especial do Curso de Mestrado em Geografia/ Universidade Federal de Uberlândia/Cida@ufu.br

(**) Dep. de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/mmuno@ufu.br

UBERLÂNDIA: AS ÁREAS VERDES E OS ESPAÇOS ABERTOS

O espaço urbano da cidade de Uberlândia proporciona uma rica troca de experiências, podendo ser considerado um laboratório vivo onde a população pode participar de atividades de Educação para o Meio Ambiente.

Assim sendo, faz-se necessária neste estudo, uma leitura não só geográfica como também histórica e legislativa da cidade de Uberlândia, pois seus espaços livres e as áreas verdes da cidade, um rico laboratório para a Educação Ambiental ainda não mereceu a atenção das autoridades constituídas e mesmo da própria população.

Assim para COLESANTI (1984: 63)

“O processo descontrolado da urbanização contemporânea dos países subdesenvolvidos tem despertado o interesse de arquitetos, geógrafos, urbanistas, engenheiros, economistas dentre outros profissionais, pelos espaços abertos. O termo espaço aberto tem sido usado com diversos significados, não sendo unânimes a sua definição entre seus estudiosos, variando de acordo com o significado e a forma de espaço aberto.”

Para CAVALHEIRO (1992), o termo espaço aberto é um anglicismo, pois em inglês é “open space” e não “free space” tendo sido, erroneamente traduzido para o português ao pé da letra. Este autor argumenta também que deveríamos utilizar o termo área aberta que é bidimensional, para podermos atribuir-lhe a tridimensionalidade que corresponderia, então, a espaço aberto.

Por sua vez, CLAWSON (1973), considera o espaço aberto como toda área geográfica, de terra ou de água, situada dentro de uma concentração urbana ou nas suas imediações, que não estejam cobertas por edifícios ou outros equipamentos urbanos permanentes.

Para alguns autores, espaço aberto se confunde com espaço livre. Assim, para MAGNOLI (1986: 122)

“O espaço livre é entendido como todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno que não está coberto por edifícios; a amplitude que se pretende diz respeito ao espaço e não somente ao solo e à água que não estão cobertos por edifícios; também diz respeito aos espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos.”

E que todos os espaço livre de uma paisagem urbana, é consideravelmente aqueles sem edificação como áreas de lazer e entendido como praça, jardim ou parque, uma necessidade do homem urbano.

Segundo CAVALHEIRO (1992), os espaços livres podem ser: de uso particular, como os quintais e jardins particulares; de uso potencialmente coletivo, como os terrenos baldios não cercados, pátios de escolas, de clubes e de indústrias; e os de uso público, que são os acessíveis livremente ao público em geral como parques, praças públicas e cemitérios.

Porém, podemos classifica-las quanto à função: espaços livres para recreação: possuem função de dar oportunidade ao ser humano a satisfazer suas necessidades de lazer, seja física, psicológica ou social; espaço livre para conservação de recursos biofísicos: possuem a função de melhorar a qualidade ambiental em relação ao clima, proteção dos recursos aquáticos e do solo.

Esse tipo de espaço também poderá ter um uso de lazer, porém restrito, para não ocorrer à possibilidade de perder sua função primordial; e espaços livres para o desenvolvimento da forma urbana: função de modelar a estrutura urbana como um todo, integrando usos conflitantes, ocultando espaços indesejáveis, enfeitando cenários culturais e naturais, diversificando espaços monótonos e ainda interligando massas vegetacionais. E ainda a função de fornecer iluminação e ar aos edifícios altos da cidade e perspectivas e vistas do contorno urbano, amenizam os cidadãos do sentimento de aglomeração e opressão física; dar oportunidade ao cidadão para satisfazer suas necessidades de ocupação do tempo livre.

Segundo CAVALHEIRO (1992) quanto à função, podemos ter espaços livres para a Conservação de Recursos Biofísicos que são:

“Espaços que têm o objetivo de satisfazer as necessidades da sociedade a longo prazo, responsável pelo equilíbrio entre o homem e os recursos da biosfera. São espaços pouco ou não alterados destinados à proteção da água de escoamento (pluvial), prevenção de deslizamento de terras em áreas declivosas, proteção de áreas de valor paisagístico, arqueológico, geomorfológico ou biológico.”

Estas funções podem ser consideradas como primordiais dos espaços livres sendo: recreacional, educativa, ecológica, e estética ou paisagístico-integradora.

Desde que estas funções proporcionam recreação física e psicológica ao ser humano, contato direto com a natureza, interação social, atividades que ambientes interiores não podem oferecer devido às suas limitações; conservação e preservação dos mananciais, áreas de encostas ou áreas de valor paisagístico, arqueológico, geomorfológico ou biológico.

CUSTÓDIO (1982: 21) denomina área verde urbana como:

“(...) de propriedade pública ou privada, existente na zona urbana ou de expansão urbana, desdobrando-se em:

1) Verde urbano público, como áreas arborizadas, ajardinadas ou gramadas e, logradouros, áreas verdes para recreação ou lazer, áreas verdes em praças, em campos esportivos, em centros educacionais, jardins, parques, bosques, reservas naturais, etc.;

2) Verde urbano privado, compreendendo as áreas verdes de propriedade particular de um só proprietário ou de vários titulares em Condomínio, como jardins, áreas arborizadas ou gramadas, áreas verdes em clubes esportivos, em clubes de campo, etc.”

E quando planejados os espaços seguir as normas de destinação e uso para os espaços livres, sendo necessário realizar pesquisa sobre como ocupar esses espaços, pois todas as cidades brasileiras possuem praças, ruas arborizadas, parques e outros espaços públicos de tamanho, forma e características variáveis onde a população pode desfrutar momentos de lazer e apreciar a estética da natureza. E principalmente se é o desejo expresso dos habitantes, por exemplo: o nível sócio-cultural e sócio-econômico, sua idade, seu tipo de habitante. A densidade de frequência aceitável para cada espaço é em função principalmente de sua natureza ecológica, a frequência previsível ou constatada; e o custo de implantação, gestão e animação da área em questão. E que estes espaços livres deve ter um projeto próprio que atenda às características específicas do local onde estão inseridos.

E cada espaço livre/aberto ou área livre/aberta deve ser dedicado um estudo ou pesquisa profunda e cuidadosa, para que o mesmo deverá estar sempre “vivo” e nunca abandonado, descuidado ou fragmentado.

A praça sempre foi e ainda é nos dias atuais um local de encontros, manifestações, notícias, intercâmbios, reuniões, sem-números diferentes. Nela convivem o mercado, os torneios, as competições, as reuniões e as cerimônias públicas, as assembleias do povo. É o centro dos negócios e se define espacialmente pela construção progressiva de edifícios públicos e pórticos. A praça surgiu entre nós de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, conventos ou irmandades religiosas, e muitas vezes tem sido confundida como jardim. Os largos, pátios e terreiros na cidade brasileira articulava a sua trama viária modesta e alimentava a vida das suas ruas, e geralmente estes espaços eram irregulares, com o tempo foi aprimorando.

Nem sempre as sedes de governos tiveram prédios próprios, era pouco provável que se situasse num ponto, como uma praça que acolhesse os cidadãos.

A primeira praça cívica do Brasil foi a praça Municipal de Salvador. Voltada para o mar, marcada a capital e depois a XV de Novembro no Rio, na época da colônia e do Império. Hoje a Praça dos Três Poderes, que reúne no coração do país os principais edifícios da República, três praças cívicas, As duas primeiras mais velhas, para o mar, como em Lisboa, a terceira, voltada para o alvorecer do planalto central, num gesto de esperança.

Há outros espaços semelhantes e com significado regional como: Praça da República do Recife, Largo de São Francisco na cidade de São Cristóvão em Sergipe, Praça Marechal Deodoro em Porto Alegre, os dois casos Mineiros são mutuamente elucidativos. O Largo de São Francisco em Mariana, que reúne a casa de Câmara e cadeia e as duas igrejas das irmandades mais importantes da época. E a praça Tiradentes em Ouro Preto, que ilustra o confronto entre o poder da elite local através do palácio municipal, hoje museu da Inconfidência, e o poder metropolitano, representado pelo paço dos governadores, atual sede da Escola de Minas e Mineralogia.

Entre os espaços de caráter cívico destaca os do século XIX e, em especial, ao advento da república, Praças regulares diante de edifício de função social, cultural ou educacional, São Paulo e Recife são exemplos. Essa relação de Praça e escola, ou a valorização duma pela outra, foi contribuição urbanística nova dos tempos em que se impunha o regime republicano.

Uma função que praticamente desapareceu das nossas praças foi a militar. Hoje, excluídas as paradas e comemorações públicas maiores, tais atividades ficam restritas a quartéis e bases militares.

Uma igreja, uma praça, regra geral nas nossas povoações antigas. Atraem, as mais ricas residências, o melhor comércio, as atividades de lazer nas aglomerações menores ou mais conservadoras. Escoam ainda a presença social e paisagística dos estabelecimentos religiosos na cena urbana do país em outras épocas, assim como, a significação dos adros, seus correspondentes urbanísticos. Deixam de escoar tal presença, porém mantendo muitas vezes o nome antigo e familiar, os largos mais velhos que se transformam. Ou não comparecem mais nas fundações urbanas recentes. Públicas ou privadas, vão substituindo os templos e disputando pôr sua vez os melhores pontos da cidade, quando não as praças, para se instalarem.

O mercado, a feira, o negócio ambulante tiveram e tem nas praças o lugar especial e historicamente, próprio para a sua prática. Os Jardins eram raros na cidade colonial brasileira, encontrava-se em propriedades religiosas e quintais das residências. O fim utilitário predominava, com a cultura de fruteiras, ervas de cheiro, floreiras e plantas medicinais. O cultivo daquelas áreas era mais que o seu desfrute para o recreio. O tempo livre dos monges nos conventos era limitado. Se os quintais existiam, prestavam mais como lugar de serviço e da escravaria.

Os primeiros jardins públicos apareceram no fim do século XVIII, voltado para o lazer. Com a vinda da Família Real, vieram em maior número e mais elaborados os jardins privados. E ainda ao florescer foi muito importante para a introdução de espécies vegetais de outras terras e valorização das nativas. Mas só na metade do século é que tem maior explosão no conjunto de edificações e dos espaços vazios da cidade brasileira.

Os jardins privados foram os únicos, por muito tempo, no período colonial e são hoje as grandes maiorias. Conjuntos habitacionais modernos na arquitetura e no espírito e alguns campus universitários apontam a direção que se apresenta surpreendente em Brasília, a cidade densa e vertical, transformada num grande parque. Os primeiros jardins públicos, além de recreação como entendemos hoje, eram também ambientes de ensaio à pesquisa de plantas.

Na época de Pedro II a merecer maior consideração é o reflorestamento do maciço da Tijuca com espécies nativas. Além de magnífica reserva florestal no coração de uma metrópole, é exemplo e orientação para o trato dos legados naturais que enriquece nossas cidades, maiores e mais populosas.

Bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a sua difusão pelas povoações de parte menor interiorana, começaram os cuidados em arborizar e ajardinar os logradouros existentes ou os que iam surgindo. As suas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais.

Com o crescimento das cidades, o aumento da população urbana e a verticalização das áreas centrais das cidades, as praças estão deixando de ter a sua função de espaço público para encontros e diversas atividades coletivas espontâneas. E com isso esta função está sendo transferida para os "shoppings centers" que estão sendo construídos em inúmeras cidades brasileiras.

Segundo COLESANTI (1994:70), a praça é recreação:

"A recreação constitui geralmente a principal finalidade de uma praça, propondo uma gama de atividades para seus usuários, desde a oportunidade de sentar-se para desfrutar de uma vista agradável e o contato com uma área verde que traz uma sensação de tranquilidade até os mais ativos esportes. Nas cidades litorâneas, esta finalidade é transferida para a praia."

A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES PARA O MEIO URBANO: UM ESTUDO DO BAIRRO CHÁCARAS TUBALINA E QUARTEL

A vegetação no espaço urbano, além de integrar o meio natural ao meio construído, traz diversos benefícios para a melhoria da qualidade ambiental da cidade e, conseqüentemente, para seus moradores.

A presença de áreas arborizadas no meio urbano é importante porque contribui para minimizar alterações ambientais e influência, diretamente, com os seguintes aspectos: composição atmosférica, equilíbrio solo/clima/vegetação e níveis de ruídos.

Com relação à composição atmosférica a presença da vegetação tem ação purificadora na medida em que fixa poeiras e materiais residuais, depura bactérias e outros microorganismos, bem como recicla gases tóxicos.

Quanto ao equilíbrio solo/clima/vegetação as áreas arborizadas contribuem para conservar a umidade do solo, atenuando sua temperatura, reduz a velocidade dos ventos e mantém as propriedades do solo, tais como permeabilidade e fertilidade. Além disso, abriga a fauna existente e influencia no balanço hídrico.

Considerando os níveis de ruído, a vegetação funciona amortecendo os ruídos de fundo sonoro contínuo de caráter estridente, que ocorre, freqüentemente nos centros urbanos.

Nessa perspectiva, considerando a importância da vegetação para o espaço urbano foi selecionado o Bairro Chácara Tubalina e Quartel para a aplicação de questionários, nos quais buscou-se perceber a representação das áreas verdes e espaços abertos para os moradores.

O Bairro Chácara Tubalina e Quartel encontra-se localizada na porção sudoeste da área urbana da cidade de Uberlândia, MG, apresenta em sua configuração urbana problemas ambientais que podem ser amenizados mediante a prática da Educação Ambiental.

Está área do Loteamento Tubalina Setor Chácara faziam parte da Fazenda Tubalina com uma área compreende 926.250.00 km². O nome do projeto do loteamento é Imobiliária Tubal Vilela e também é o nome do proprietário, sendo o autor do projeto o Sr. Luiz C. A. Carvalho. Esse bairro quando integrados eram os bairros Chácara Tubalina e Residencial Ouro Verde e hoje atualizado Chácara Tubalina e Quartel.

O bairro Chácara Tubalina foi criado por meio da implantação de condomínios fechados neste setor, durante a década de 90, pela construtora EMBRAH. Esta construiu um total de 1.452 apartamentos semi-acabados, sendo dois quartos 974 e 3 quartos 478, com edifícios de até quatro andares e sem elevador, denominados América do Norte, América do Sul, América Central, Bela Vista e outros. Hoje a construtora já entregou para clientes as chaves num total de 1100 empreendimentos semi-acabados.

O condomínio atende uma população diversificada como operários, motoristas, profissionais liberais, estudantes universitários, funcionários públicos e outros.

Não existe um comércio importante, apenas estabelecimentos para as necessidades imediatas, como farmácias e lojas, visto que parte da população faz suas compras e serviços no bairro Luizote de Freitas, no bairro Planalto ou no centro da cidade.

Nas proximidades dos prédios da EMBRAH está o Córrego do Óleo que recebe um grande fluxo de resíduos de esgoto, aumentando muito a poluição de suas águas. Ainda nesse ponto, é possível observar que as margens também se encontram alteradas, com vegetações esparsas, queimadas, lixo, cheiro intenso de esgoto, além de ser um criadouro de *Biomphalaria* sp (mamona), onde o córrego apresenta condições para que se estabeleça um foco de esquistossomose conforme foi demonstrado por SILVEIRA (1994) e outras doenças.

Nesta área a construtora EMBRAH, desrespeita a Lei Complementar 017, art. 77 do Município de Uberlândia, no que se refere a faixa de proteção dos cursos d'água. Em conseqüência deste processo é provável que no futuro surjam problemas na instalação da rede de água e esgoto que está sendo implantada na margem direita do Córrego do Óleo. Esta rede vem amenizar a descarga de esgoto e enxurradas no córrego, diminuindo o problema de poluição da água. O desequilíbrio gerado neste ambiente propicia a criação de insetos afetando diretamente a população, inviabilizando a implantação de áreas de lazer.

Não somente a Construtora EMBRAH desrespeitou a lei, como o Bairro Chácara Tubalina também não respeitou a Lei Complementar 017, art. 77, tendo suas culturas e hortas na margem direita do córrego, causando problemas para a instalação da rede de esgoto.

Além dos empreendimentos da Construtora EMBRAH, o bairro conta com: avançado terminal de ônibus coletivo, estação de aquicultura do IBAMA, área de recreação do sindicato dos trabalhadores e uma empresa de sementes para pastagens GERMINA.

Essa área tem sofrido nos últimos anos um processo de degradação. É necessário que essas áreas realmente se tornem áreas verdes. Isto só será possível se o poder público cumprir a lei orgânica, não as tornando áreas impermeabilizadas e reflorestadas.

Após a pesquisa, na parte sudoeste de Uberlândia-MG, no Bairro Chácara Tubalina e Quartel, fica concluída a metodologia elaborada para a monografia. Na elaboração foi possível organizar e sistematizar os dados coletados, bem como a confecção do trabalho final.

Devemos ressaltar, nesse momento, que alguns pontos relevantes para o bom desenvolvimento da pesquisa esbarraram na falta de dados recentes nos órgãos municipais, mas os que conseguimos foram de grande valia para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Convém lembrar que a bibliografia disponível é recente e existe uma infinidade de obras publicadas disponíveis. Nestas as áreas verdes e os espaços abertos são considerados enquanto locais de conservação e preservação de ecossistemas frágeis, tais como áreas de valor paisagístico, arqueológico, geomorfológico ou biológico. Além disso, cumprem a função educativa e integradora do desenvolvimento da forma urbana, através dos jardins, parques, praças e canteiros de avenidas.

A aplicação dos questionários foi realizada nos meses maio e junho de 2000. Os sujeitos foram selecionados aleatoriamente, entre pessoas de ambos os sexos, de diferentes graus de escolaridade e de idades variados, sendo moradores proprietários dos imóveis residenciais. Foi aplicado um total de 40 questionários, um número considerado suficiente para alcançar os objetivos propostos.

Essas questões versavam sobre a concepção dos sujeitos quanto a importância e representação da presença da arborização no meio urbano. São elas:

1ª - questão "Para você o que é arborização? Obtiveram resposta bem variadas, partindo de que não sei (40% dos sujeitos), de um simples arvores (20%), de plantações de arvores 17,5%, que são áreas verdes 10%, é paisagismo 2,5%, representa a preservação da natureza, e outros 5% responderam que era ar puro, e ambiente rico em arvores. A TABELA 1- mostra as percentagens referentes a questão

TABELA 1 - Bairro Chácara Tubalina e Quartel: Para você o que é arborização? Representação pelos sujeitos, 2000

REPRESENTAÇÃO	VALOR ABSOLUTO	%
Não sei	16	40
Árvores	8	20
Plantações de árvores	7	17,5
Áreas verdes	4	10
Paisagismo	1	2,5
Preservação d'natureza	2	5
Ar limpo	1	2,5
Ambiente rico em arvores	1	2,5

Fonte: Pesquisa Direta, 2000

Na segunda pergunta “Para você quem deve cuidar da arborização do seu bairro?” Tivemos a seguintes respostas, 12,5% dos sujeitos acham quem devem cuidar é a prefeitura, 2,5% devem ter jardineiros, 37,5% disseram são os moradores, 7,5% disseram que são os proprietários, 20% acharam que deve ser a população do próprio bairro, 5% responderam que deve ser o presidente de bairro e 15% dos sujeitos disseram que devem ser as pessoas independentes da posição que ocupa, todas deve fazer um pouco pela natureza independente do lugar (representação na TABELA 2).

TABELA 2 - Bairro Chácaras Tubalina e Quartel: “Para você quem deve cuidar da arborização do seu bairro?” 2000

RESPONSABILIDADE	VALOR ABSOLUTO	%
Prefeitura	5	12,5
Jardineiro	1	2,5
Moradores	15	37,5
Proprietários	3	7,5
População	8	20
Presidente de bairro.	2	5
As pessoas	6	15

Fonte: Pesquisa Direta, 2000.

Na terceira pergunta no que se refere aos espaços livres do bairro, tivemos respostas variáveis, foi feita a seguinte pergunta “Na sua opinião o que deveria ser feito com esses espaços livres do seu bairro?” Tendo 17,5% responderam que esses espaços devem ser arborizados, 25% acham que devem ser limpos, 30% dos sujeitos responderam que devem ser ocupados com construções, 12,5% responderam com um simples ocupar e 10% acham que devem ser construídos praças, passeio e muros, e ainda 5% não sabem o que devem ser feitos com os espaços livres do bairro (veja TABELA 3).

TABELA 3 - Bairro Chácaras Tubalina e Quartel: “Na sua opinião o que deveria ser feito com esses espaços livres do seu bairro?” 2000.

ESPAÇOS LIVRES	VALOR ABSOLUTO	%
Arborização	7	17,5
Limpos	10	25
Construir	12	30
Fazer praças, muros e passeios.	4	10
Ocupar	5	12,5
Não sabe	2	5

Fonte: Pesquisa Direta, 2000.

Quanto a quarta questão no que se refere à pergunta “O que representa para você uma árvore na calçada?” As respostas foram variadas, sem esquecer que a maior parte do bairro não tem calçada, nem ruas asfaltada. 35% dos sujeitos responderam que representam sombra, 7,5 responderam que seria ambiente e meio ambiente, e muitos outros 12,5 dos sujeitos apenas um simples muita coisa, 5% dos sujeitos foi que não tinham calçadas, mais 5% acha que representa fresca e tranquilidade, mais 5% acha que é ter consciência educativa e preservação, e ainda mais 5% acha que é harmonia e paz, 15% dos sujeitos responderam que representa ar puro e embelezamento e restante 17,5% acharam que seria bom, fundamental e vida (veja a TABELA 4).

TABELA 4 - Bairro Chácara Tubalina e Quartel: O que representa para você uma árvore na calçada? Representação da árvore para os sujeitos, 2000

REPRESENTAÇÃO	VALOR ABSOLUTO	%
Sombra	13	32,5
Ambiente e meio ambiente	3	7,5
Muita coisa	5	12,5
Não tem calçada	2	5
Refresca e tranquilidade	2	5
Consciência educativa e preservação	2	5
Harmonia e paz	2	5
Ar puro e embelezamento	7	17,5
Bom, fundamental e vida	7	17,5

Fonte: Pesquisa Direta, 2000.

Como pode se observar a falta de um planejamento, e de um esclarecimento para população quanto a arborização de uma cidade é importante. Faz-se necessário que estas áreas realmente se tornem áreas verdes. Isto só será possível se o poder público cumprir a lei orgânica, não as tornando áreas impermeabilizadas e reflorestando as margens dos poucos córregos que possui na cidade. Pois a falta de arborização, causa um desconforto térmico na área urbana. E ainda nessa perspectiva, incentivarmos práticas ambientais cotidianas que, num conjunto, garantem a melhoria da qualidade de vida urbana e amenizam os distúrbios ambientais.

A vegetação no espaço urbano traz diversos benefícios para a melhoria da qualidade ambiental da cidade e de seus moradores. Além de integrar o meio natural e rural ao urbano, ainda amenizam alterações ambientais, que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida. Assim muito trabalho e estudos devem ser realizados para levarem as pessoas a tomarem consciência da importância das áreas verdes na zona urbana para seu bem estar e das gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agenda 21 - Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Resumo - Secretaria de Estado do meio Ambiente de São Paulo, 1993.
- BACCARO, C. A. Unidades geomorfológicas do Triângulo Mineiro - Estudo Preliminar. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, EDUFU, n. 5 e 6, p. 37 a 42, jan/dez. 1991.
- BESSA, K. C. & SOARES, B. R. O significado da especulação imobiliária no espaço urbano de Uberlândia - MG. Uberlândia, 1997. (Mimeo).
- CAVALHEIRO, F. et al. Áreas Verdes: Conceitos, Objetivos e Diretrizes para o Planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1º, 1992, Vitória. Anais. Vitória-ES, 1992.
- CAVALHEIRO, F. O Planejamento de Espaços Livres. O caso de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1º, 1992. Anais. Vitória: Setembro, 1992.
- CEPES - UFU. RELATÓRIOS DE PESQUISA - Condições sócio-econômicas das famílias na periferia de Uberlândia. Fev. 1996.
- CLAWSON, M. El espacio abierto (no cubierto) como nuevo recurso urbano. Harwey S. Perloff (Ed.) La calidad del medio ambiente urbano 5º Ediciones, Barcelona, Oikos-Tan, 1973, p.149.
- COLESANTI, M. T. M. Por uma Educação Ambiental: o Parque do Sabiá em Uberlândia. Tese de Doutorado - UNESP/Rio Claro, 1995.
- CUSTÓDIO, H.B. Áreas Verdes: Competência do Município para sua proteção. tese, 1982, p.21.
- DEL GROSSI, S.R. De Uberabinha a Uberlândia - os caminhos da natureza. Tese de Doutorado - USP/SP, 1991.
- DEL GROSSI, S. R. A Dinâmica climática atual de Uberlândia e suas implicações geomorfológicas. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, EDUFU, n. 09 e 10, p. 115-120, jan/dez. 1993.
- LAPRU-UFU. Estimativa da população por setor e zona de planejamento e bairro - Laboratório de Planejamento Urbano e Regional - Departamento de Geografia/UFU.
- Lei Complementar n. 017 de 04 de dezembro de 1991. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Prefeitura de Uberlândia.
- Lei Orgânica do município de Uberlândia - Minas Gerais. Câmara Municipal de Uberlândia, 3 ed. Dez. 1992.
- LIMA, S.C. As veredas do Ribeirão Panga no Triângulo Mineiro e a evolução da paisagem. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. 1996.
- NISHIYAMA, L.. Geologia do município de Uberlândia - MG e áreas adjacentes. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, EDUFU, n.1p. 9-16, jun. 1989.

- NOVAIS, P. M. Caracterização geomorfológica do Distrito Federal, in: Cerrado, caracterização, ocupação e perspectivas – O caso do Distrito Federal. Ed. UNB, Brasília, 1987.
- OLIVEIRA, L. A percepção da qualidade ambiental. In: A ação do homem e a qualidade ambiental. Rio Claro, Câmara Municipal/ Associação Rioclarense de Geógrafos, 1983, Mimeo.
- SOARES, B. R. Habitação e produção do espaço em Uberlândia. Dissertação de Mestrado - USP/SP, 1988.
- SOARES, B. R. Uberlândia: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” - Imagens e representações no Triângulo Mineiro. Tese de Doutorado - USP/Sp, 1995.